

**AS DUAS FACES DO AVANÇO DO CAPITAL
NA VENEZUELA BOLIVARIANA**

Danilo Spinola Caruso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

danilo.caruso@ifrj.edu.br

A maioria das análises sobre o processo bolivariano na Venezuela concentra-se na oposição entre *chavismo* e *antichavismo*, que, a depender do sujeito da análise, é tomada como expressão de distintas dicotomias. Para a grande mídia hegemônica, trata-se de uma oposição entre *autoritarismo* (chavista) e *democracia* (antichavista); já as forças políticas alinhadas aos governos bolivarianos (dentro e fora da Venezuela) tendem a considerar este conflito como expressão da contradição essencial do sistema capitalista – isto é, aquela que opõe trabalho *versus* capital ou, dito de outras formas, socialismo *versus* capitalismo, revolução *versus* contrarrevolução, etc. Mais recentemente, conforme se vislumbra de forma cada vez mais nítida a possibilidade de uma intervenção dos EUA no país, setores de esquerda mais críticos ressaltam que, mesmo que se considere a parcela de responsabilidade dos governos bolivarianos na gravíssima crise que assola o país (e mesmo que se negue seu caráter declaradamente socialista ou revolucionário), resta inalterado o fato de que a oposição antichavista alinha-se ao imperialismo internacional (especialmente estadunidense), ao passo que o chavismo, com todas suas contradições, ao menos representa a defesa da soberania nacional venezuelana.

O discurso oposicionista vocalizado pela mídia hegemônica não resiste a qualquer análise séria a respeito do tema. Em primeiro lugar porque, embutida na crítica ao “desrespeito às regras democráticas” do governo Maduro, há na verdade uma defesa de um tipo *específico* de “democracia”, que é justamente aquele que as forças revolucionárias alinhadas ao chavismo se propuseram a superar desde o início do processo bolivariano – a saber: o sistema representativo liberal parlamentar (ou, para usar um termo convenientemente esquecido pelas forças que, à direita ou à esquerda, negam a centralidade da luta de classes, a *democracia burguesa*). O que o discurso hegemônico na grande mídia esconde é que a oposição antichavista sempre considerou que qualquer

tentativa de superação das formas indiretas de participação política, inscritas no pensamento liberal, resultaria necessariamente em um regime autoritário. Para esses setores, o problema desde o início do processo sempre foi o mesmo: impedir a institucionalização da participação política direta das camadas subalternas (particularmente no que diz respeito às decisões relativas ao petróleo). Mas o problema vai além disso, porque na realidade a oposição antichavista jamais demonstrou muita consideração mesmo pelas próprias *regras* da democracia liberal-burguesa – a não ser quando estas favoreciam os grupos dominantes associados ao capital estrangeiro e à Casa Branca. As inúmeras tentativas golpistas e atos de sabotagem perpetrados pela oposição foram fartamente analisadas e documentadas pela bibliografia sobre o tema, sendo desnecessário nos aprofundarmos nessa questão nas poucas páginas de que dispomos nesse artigo.¹

Por outro lado, tampouco a narrativa oficialista, vocalizada pelo governo Maduro, se sustenta diante de uma crítica mais severa. É verdade que, em última instância, podemos considerar o conflito entre chavismo e antichavismo como expressão da dicotomia de classes fundamental do sistema capitalista (isto é, trabalho *versus* capital), na medida em que a oposição antichavista é declaradamente defensora do capitalismo e sua vitória, neste sentido, significaria o fechamento das possibilidades abertas pelo processo bolivariano, perpetuando o Estado Burguês e o capital. Mas deve-se frisar: tal analogia só pode ser considerada *em ultima instância*. Quando analisamos mais acuradamente as forças políticas alinhadas ao chavismo, percebemos uma série de contradições que colocam em cheque a suposição de que elas representem, em seu conjunto, um projeto claro de transição ao socialismo (e isso mesmo durante o governo Chávez, quando o país ainda não vivia a crítica conjuntura atual, de crise política, econômica e humanitária). Nos limites desse artigo, procuraremos apresentar a formação e as características dos setores hoje hegemônicos no heterogêneo campo chavista.

Primeiramente, é preciso lembrar que os sujeitos históricos do processo bolivariano foram, fundamentalmente: as frações precarizadas da classe trabalhadora, oriundas das favelas e periferias e empregadas no setor de serviços, com parca experiência sindical porém em processo crescente de organização comunitária local; e as baixas

¹ Para maiores detalhes, ver CARUSO, 2017

patentes militares, originalmente integrantes de organizações revolucionárias clandestinas nas Forças Armadas (dentre as quais a mais importante era o Movimento Bolivariano Revolucionário 200, liderado por Hugo Chávez e outros oficiais de alta patente). O processo revolucionário começou com levantes populares no final dos anos 1980, anteriores ao aparecimento de Chávez na cena pública; porém, entre 1992 e 1998, Chávez foi pouco a pouco se constituindo no elo fundamental de ligação entre esses sujeitos históricos, cumprindo as funções de direção política que, em outras circunstâncias, poderiam ser melhor exercidas por um autêntico *partido revolucionário*,² inexistente (até hoje) no contexto venezuelano.

Num país cuja classe trabalhadora é particularmente segmentada, com níveis de renda, direitos e sindicalização muito distintos conforme o setor e a empresa na qual se trabalha, a participação do proletariado industrial era relativamente secundária no processo revolucionário. Em primeiro lugar, devido ao seu tamanho relativamente diminuto no conjunto dos trabalhadores. Além disso, sua principal forma organizativa – os sindicatos – apresentava uma tradição reformista e conciliatória. A estrutura sindical venezuelana geralmente é dividida por empresa, e mesmo estabelecimentos pequenos, com 50 ou 100 trabalhadores, muitas vezes apresentam sindicato próprio (as poucas federações existentes raramente apresentam capacidade de mobilização que ultrapassasse o âmbito local). Até o advento do processo bolivariano, praticamente não havia trabalho de base e/ou consultas em assembleias nos momentos dos dissídios e acordos coletivos (com exceção de algumas poucas categorias mais mobilizadas); tudo era decidido pelas juntas diretivas, que em média variavam entre sete a doze membros (dos quais os que efetivamente fazem alguma atividade sindical se resumiam a três ou quatro). Como afirma Stalin Perez, importante liderança sindical da Venezuela, “os sindicalistas creem que

² Nos referimos aqui ao conceito de partido revolucionário nos termos de Gramsci, que não se confunde com as “legendas” que tradicionalmente participam do jogo eleitoral – ou da pequena política, isto é, da “política de bastidores”, das discussões parlamentares, etc. Para Gramsci, o partido necessário à transição ao socialismo seria um organismo capaz de articular as lutas fragmentadas dos trabalhadores, de modo a sintetizar os germes de vontade coletiva, tornando-os universais e totais, e de realizar a necessária reforma intelectual e moral que, atuando concomitantemente com as transformações nas relações de produção, permitisse a tomada do poder pelos trabalhadores. Ao se colocar em questão se a reforma cultural pode se dar sem uma anterior reforma econômica, Gramsci é bem claro em responder que “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000: 19, grifos meus).

foram eleitos para isso. Quer dizer, para tomar todas as decisões pelos trabalhadores” (Stalin Pérez, cf.: BORGES, 2010).

Pode-se dizer que tais características se devem à formação histórica da economia dependente no país. Até o final do século XIX, a Venezuela era fundamentalmente agroexportadora; mas, já nas primeiras décadas do século seguinte, começou a se instalar no país aquele que seria seu principal setor industrial: o petrolífero. A indústria petrolífera, porém, se desenvolveu na forma de *enclave*, com pouquíssima articulação com os demais setores da economia. E, não obstante a ocorrência de algumas greves importantes no setor, na passagem da década de 1920 para a década de 1930, os chamados “campos petrolíferos” permaneceram como verdadeiras concessões de soberania às petrolíferas estrangeiras, que controlavam tais áreas e proibiam a organização de sindicatos. Além disso, a configuração da Venezuela como país exportador de petróleo levou a uma forte centralização do poder – já que as riquezas do subsolo teoricamente pertenciam ao conjunto da população, cujos interesses só poderiam (supostamente) ser representados pelo Estado. Em decorrência disto, a Venezuela foi marcada por ditaduras em praticamente toda a primeira metade do século XX, e mesmo posteriormente, quando insurreições populares impuseram aos grupos dominantes a implantação de algum tipo de abertura liberal. A partir de 1958, ocorreu o surgimento de instituições representativas e direitos constitucionais, mas em um sistema muito fechado e centralizado, controlado na prática pela burocracia dos dois partidos mais fortes do país: a *Acción Democrática* (AD) e o *Comité de Organización Política y Electoral Independiente* (Copei). À essa altura, o país possuía uma industrialização insipiente em alguns setores, mas os sindicatos – organizados em torno da única central sindical do país: a *Central de los Trabajadores de Venezuela* (CTV) – permaneceram controlados por uma burocracia umbilicalmente ligada ao sistema bipartidário petroleiro-rentista. Conformou-se, dessa maneira, o que Maringoni (2004: 104) classificou como “a mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano” – ou, como costumavam denominar os próprios venezuelanos, uma “partidocracia” (NETO, 2002: 254-255).

O advento da Revolução Bolivariana sacudiu esse status quo, iniciando um processo gradativo de questionamento da estrutura sindical do país. Algumas burocracias verdadeiramente mafiosas foram derrubadas de suas posições de poder, sendo

substituídas por novas lideranças *chavistas*.³ Contudo, a verdade é que o governo Chávez não possuía e não soube estabelecer laços orgânicos com o movimento sindical. Isso decorria do fato de que suas bases de sustentação política, como dissemos, eram formadas principalmente pelas baixas patentes militares e pelos trabalhadores precarizados. Contrariamente, entre os trabalhadores com maior tradição sindical, imperou desde sempre um estado de desconfiança mútua, posto que Chávez, embora defendesse a participação protagônica dos trabalhadores, vinha de uma tradição organizativa clandestina extremamente centralizada, e por isso não concebia as organizações chavistas como autônomas em relação a ele próprio e seu governo. Essa contradição não era problema para a baixa patente militar e os trabalhadores precarizados mais pobres, que mais facilmente se compatibilizavam com estruturas de comando *verticais* – no primeiro caso por razões óbvias; e no segundo, porque Chávez representava o único ponto de apoio (na ausência de um partido orgânico que cumprisse essa função) capaz de unificar as organizações comunitárias locais que caracterizavam essa fração dos trabalhadores. Por outro lado, o setor mais organizado da classe trabalhadora, alocado principalmente indústria e nos serviços públicos, sempre apresentou um maior poder de pressão política e uma *pertubadora* autonomia, graças aos sindicatos. Isso se manifestou na forma de inúmeras greves, desde aquelas puxadas pela oposição golpista, num primeiro momento, até as muitas outras que, posteriormente, foram deflagradas pelo próprio sindicalismo bolivariano.

Foi neste contexto que, em setembro de 2000, Nicolás Maduro, José Khan e outras lideranças sindicais chavistas, oriundas de distintas categorias e de diversas partes do país, conformaram um esboço de corrente sindical chavista, a *Fuerza Bolivariana de Trabajadores* (FBT). Minoritária no conjunto da classe trabalhadora venezuelana, a FBT se notabilizaria por quatro características fundamentais: i) a tendência ao *paralelismo*, isto é, ao não reconhecimento da estrutura sindical existente em favor de uma nova, a ser criada a partir do Estado; ii) o alinhamento automático (e, pode-se dizer, acrítico) ao

³ Destaque para o setor automotivo, baseado em Valencia. Segundo Stalin Pérez, “*quien estaba en lo sindicato de los automotrices era los jefes más temibles de las bandas armadas de la Acción Democrática (...). En 1999, los trabajadores hicieron allí una revolución y impusieron un sindicato clasista, chavista*” (entrevista ao autor em 1º. de maio de 2015). Para que se tenha uma ideia do quadro neste setor, basta dizer que o presidente de um dos sindicatos do setor (Sutraautomotriz), estava no poder há 40 anos, sem realizar nenhuma eleição. (PÉREZ, 2010: 83).

governo, com a exaltação de valores como a *disciplina* e a *obediência* dos sindicatos ao partido oficialista (e à Chávez em particular), sempre justificado pela necessidade de *unidade* das forças bolivarianas contra a oposição; iii) a incorporação constante das lideranças sindicais aos aparelhos de Estado, seja através de nomeações para cargos no Executivo ou através de eleições (onde recebiam o apoio dos partidos oficialistas);⁴ e iv) uma concepção de *transição* excessivamente economicista/produtivista, na qual o socialismo aparece como resultado do aumento acelerado da produção de mercadorias e do acesso ao consumo pelos trabalhadores, isto é, como uma *consequência “natural”* da abundância de mercadorias possibilitada pelo desenvolvimento *técnico* das forças produtivas (em outras palavras, como uma democratização do acesso ampliado à mercadoria, e não como um questionamento *da própria forma mercadoria*, da maneira como ela é produzida, por quem e para que).

Apesar de pequena, a FBT tinha uma força política desproporcionalmente grande, graças à proximidade com o governo, para o qual servia de braço sindical. O discurso de seus dirigentes era chancelado por Chávez – que, em diversas oportunidades, reafirmou a tese de que a autonomia sindical era uma demanda de setores da classe trabalhadora que colocavam interesses particularistas à frente do interesse geral de defender a Revolução.⁵ Inicialmente, tal discurso era sustentado contra a CTV, que de fato era francamente contrária ao governo e ao processo bolivariano como um todo; porém, com o tempo passou a ser dirigido também contra setores bolivarianos do movimento operário. Ao mesmo tempo, enquanto as demais correntes se valiam principalmente do trabalho de base, a FBT tinha livre acesso aos meios de comunicação oficiais (sejam as rádios ou os canais estatais de TV) e aos aparelhos de Estado, de onde vocalizavam um discurso no

⁴ Do núcleo inicial da FBT, podemos destacar Oswaldo Vera, Eduardo Pinãte e José Gil, que se tornaram deputados; Ángel Marcano, indicado para a presidência da estatal de alumínio CVG-Alcasa; José Ramon Rivero, nomeado Ministro do Trabalho; José Khan, que foi ministro, deputado e integrante da junta diretiva do Banco Central da Venezuela; e Nicolás Maduro, que depois de passar por vários cargos de alto escalão no governo, foi indicado por Chávez para sucedê-lo e, hoje, é o presidente do país.

⁵ Aqui faz-se necessário uma ressalva. É comum ouvir de militantes bolivarianos a ideia de que Chávez, ao longo do processo, *evoluiu* em suas concepções (ainda que seus ministros não tenham acompanhado essa evolução). Em entrevista ao autor em 22 de maio de 2015, Roberto López Sanchez afirmou que, a partir de 2009, Chávez teria afirmado que passou a respeitar a autonomia sindical (afirmação que teria sido feita em um pronunciamento realizado pelo presidente em 2010, durante o *Encuentro Sindical Nuestra América*, em Caracas). A despeito de declarações públicas como essa, porém, a burocracia estatal continuou intervindo nas disputas sindicais, quase sempre em favor das correntes mais acriticamente alinhadas ao governo – o que ocorreu particularmente no âmbito das empresas estatais.

qual as disputas sindicais eram apresentadas como fruto dos interesses “divisionistas” de correntes sindicais mais autônomas e críticas ao governo (desqualificadas como “trotskistas”, “sabotadoras”, etc).

A partir de 2002, iniciou-se um processo crescente de ocupação de fábricas pelos trabalhadores – inicialmente para derrotar o chamado *Paro Petrolero*,⁶ e logo em seguida como forma de lutar por melhores condições de vida. O avanço do movimento operário bolivariano provocou uma inflexão à esquerda no governo Chávez, que passou a estimular as ocupações e empreendeu um grande programa de estatização de empresas.⁷ Durante todo esse processo, porém, a FBT de Nicolás Maduro sempre atuou no sentido de manter as estruturas tradicionais de gestão fabril, atacando a conformação de conselhos de fábrica. Em parte, essa postura era facilitada porque, durante um certo tempo, imperou entre os trabalhadores uma noção ainda muito primária de *controlé operário*, entendido principalmente como a *ocupação dos cargos de gerência por trabalhadores da base* – isto é, um controle *feito por operários*, mas que não questionava as modalidades tradicionais e verticalizadas de gestão da produção. Em muitos casos, lideranças operárias ligadas à FBT opunham-se aos conselhos pela sincera convicção de que estes poderiam favorecer o controle da produção por grupos não comprometidos com o presidente Chávez e com o processo bolivariano como um todo. Argumentavam ainda que a prioridade do movimento operário deveria ser a de retomar os níveis de produção (mantidos sempre baixos ao longo do processo bolivariano, devido às inúmeras sabotagens da burguesia industrial), e por isso não deveria haver espaço para experimentações: a produção deveria ser retomada imediatamente, através das formas de gestão industrial já consolidadas.

O maior problema, porém, é que a posição da FBT não se explica apenas por uma questão de concepção revolucionária, análise de conjuntura ou opção tática, mas também

⁶ O *Paro Petrolero* foi um gigantesco locaute patronal de dois meses, iniciado em dezembro de 2002 na indústria petroléira (e depois alastrado para os demais setores da economia).

⁷ Segundo reportagem publicada no periódico *El Universal*, em 21 de janeiro de 2014, a *Confederación Venezolana de Industriales* (Conindustria) afirmou que, entre 2002 e 2013, houve um total de 1.284 intervenções do governo no setor privado (entre expropriações, compra de ações, aquisições forçadas, etc). O relatório da Conindustria afirma ainda que 40,5% das expropriações ocorreram na área de Construção, e 32,3% no setor industrial (o restante abarca empresas ligadas ao petróleo, comércio, serviços e outros). A maior parte das expropriações ocorreu entre os anos de 2009 e 2011 (ver <http://www.eluniversal.com/economia/140121/gobierno-intervino-1284-empresas-entre-2002-y-2013>, acessado em 23 de janeiro de 2017).

por uma questão de disputa de poder. Para entender essa questão – absolutamente fundamental para caracterizar os grupos que ascenderam ao poder com Nicolás Maduro – é preciso retornar um pouco no tempo. Durante o primeiro governo Carlos Andrés Pérez (1974-1978), implementou-se um projeto “modernizador” na economia venezuelana, denominado *V Plan de la Nación*. Tratava-se de um esforço mais sistemático de substituição de importações, sustentado por grandes projetos de desenvolvimento financiados por títulos públicos lastreados pelas reservas de petróleo. Seu pressuposto foi uma reforma do Estado para adequá-lo a padrões de acumulação mais modernos, compatíveis com as exigências do capital estrangeiro e de determinadas frações burguesas locais emergentes, associadas a ele. O Estado por assim dizer, dividiu-se em dois: um “político-social”, que conservou a estrutura formal dos partidos, a assistência social, a divisão de poderes, etc; e outro, que se apresentou como o “Estado financeiro-produtor”, funcionando como a cabeça de *holdings* financeiros, fora do alcance dos partidos, do debate parlamentar e da opinião pública (DUNO, 1975: 84).

O argumento para essas reformas era o de que o setor produtivo estatal, então em expansão, não podia permanecer como apêndice da administração pública burocratizada e *contaminada* por interesses partidários. Assim, promoveram-se políticas de nacionalização (inclusive do petróleo, realizada em 1976) que conformaram empresas estatais e mistas que passaram a funcionar com *autonomia* perante o poder público (particularmente os Ministérios, o Legislativo e a *Controladoría General de la República*). Assim, “blindou-se” os aparelhos econômicos de Estado em relação aos canais políticos formais através dos quais as camadas subalternas poderiam, em teoria, reivindicar suas demandas e interesses.

No caso do setor petrolífero, a autonomia da estatal *Petróleos de Venezuela S. A.* (PDVSA) era tão grande que se popularizou no país a expressão “caixa-preta da PDVSA”, para designar os negócios estabelecidos entre a empresa e as petrolíferas internacionais (responsáveis na prática pela extração e comercialização do petróleo, já que a PDVSA não possuía a tecnologia necessária e, de certa forma, atuava mais como uma agência licitatória). O teor dos contratos não era desconhecido apenas da opinião pública, mas inclusive pelos próprios governos. Chávez confessaria, em 2004 – isto é, depois de 5 anos no poder – que ainda não teria conseguido realizar “grandes mudanças” na PDVSA,

simplesmente porque a burocracia era monstruosa e protegida por “uma série de leis, códigos, regulamentos que dificultavam a adoção de medidas necessárias” (Hugo Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 74-75).

Mas, a rigor, essa característica do Estado venezuelano apenas teria se aprofundado com o *V Plan de la Nación* dos anos 1970; na verdade, ela remonta ao início da exploração do petróleo no país (que se confunde com o início da efetiva centralização política da Venezuela). O Estado venezuelano sempre apresentou características de relativa autonomia, quando comparado aos seus congêneres do continente. Isso porque o principal produto de exportação do país (o petróleo) e a própria atividade produtiva exportadora não estavam sob controle direto de oligarquias agrárias ou outras frações burguesas locais, mas sim do Estado em associação com empresas estrangeiras. Isso fez com que se conformasse, na Venezuela, uma espécie de “fração burguesa de Estado” – isto é, uma fração de classe que se reproduz no interior da burocracia estatal, graças às suas ligações com o capital estrangeiro (o que se conhece, na Venezuela, como *la gente del petróleo*). Ao longo da história do país, essa fração logrou moldar a estrutura de classes venezuelana conforme os interesses dessa fração e do capital imperialista associado a ela.

Trata-se de uma fração de classe que, mesmo não sendo possuidora de meios de produção (embora não raro também se torne⁸), sempre controlou o setor mais importante da economia, reproduzindo-se historicamente de forma quase isolada do restante do país. Não se trata apenas da versão venezuelana da tradicional burocracia de Estado capitalista, porque apesar de também estar associada a outras frações de classe cujos interesses ela operacionaliza (como o setor bancário e a burguesia importadora), a *gente del petróleo* apresenta uma autonomia sensivelmente maior, já que é ela que apresenta ligações mais orgânicas com as multinacionais petrolíferas (sem as quais, na prática, não se produz o petróleo), e porque todo o conjunto da burguesia local depende dos petrodólares gerenciados por ela. De modo que, ancorada na condição de enclave da indústria petrolífera, essa “fração burguesa de Estado” conseguiu se reproduzir historicamente

⁸ É muito comum, na Venezuela, que funcionários públicos de alto escalão (e mesmo dirigente sindicais) conformem empresas para negociar com as estatais venezuelanas. Como exemplo, podemos citar o caso de Sosa Pietri, que se utilizou do cargo de presidente da PDVSA para fundar a *Compañía Nacional de Válvulas*, nacionalizada posteriormente por Chávez.

defendendo interesses próprios, acumulando capital no processo e usufruindo de toda sorte de privilégios que lhe são exclusivos.

Assim, o Estado petroleiro-rentista venezuelano sempre conseguiu – inclusive no governo Chávez – configurar e reconfigurar a estrutura de classes, de modo que ela se mantivesse funcional à reprodução do aparato estatal tal como ele se constituiu historicamente.⁹ Todos os demais setores da indústria estatal venezuelana (quase sempre ligados à exportação de produtos primários, como no caso das indústrias básicas de mineração e siderurgia), seguiram o mesmo padrão: eram sempre controlados por uma burocracia estatal com caráter de classe, associada ao capital estrangeiro e relativamente autônoma em relação às demais frações dos grupos dominantes, e que se manteve fora do alcance dos demais órgãos de fiscalização do Estado. Daí a expressão “Estado Mágico”, utilizada por Fernando Coronil para nomear sua obra clássica sobre a venezuelana petroleira (CORONIL, 2013).

Analisando a trajetória dos integrantes dessas burocracias, encontramos sempre os mesmos elementos que, podemos dizer, constituem um *habitus*, conforme a conceituação de Pierre Bourdieu – isto é, um conjunto de práticas, valores e bens materiais ou simbólicos que dão unidade a um conjunto de agentes, criando laços de diferenciação, vinculação e pertencimento, e conferindo fluidez e alcance à suas ações. Como muito didaticamente expôs Pedro Duno (1975: 58), essa característica da economia venezuelana criou um ambiente particularmente propenso à corrupção generalizada, no qual o funcionário público era exposto a “uma dialética que [o] impele a escalar, obriga a perder escrúpulos”. Tal estrutura burocrática voltada para si mesma poderia comprometer os esforços da acumulação do conjunto da burguesia no país; porém, no caso venezuelano, isso era compensado pela distribuição dos petrodólares, compensava o funcionamento errático da burocracia estatal.

Ora, quando Chávez implementou sua política de estatizações, abriram-se espaços para o estabelecimento de novos integrantes dessa “fração burguesa de Estado” – por

⁹ Isso não significa que estejamos, aqui, subvertendo a concepção marxiana de que o Estado só pode ser compreendido a partir das lutas de classes que se desenrolam na sociedade civil. O que ocorre é que a dominação burguesa, na Venezuela, precisou conformar uma fração de classe específica que, desde a formação do Estado-Nacional venezuelano moderno (que coincide com o começo da exploração petrolífera em larga escala), assumiu um caráter de classe, constituindo-se como uma fração burguesa específica que se perpetua no poder graças às suas ligações com o capital estrangeiro, e que moldou a estrutura de classes venezuelana conforme os interesses dessa aliança.

vezes deslocando antigos burocratas ligados aos partidos tradicionais, derrotados pelo chavismo nos anos anteriores. Quem ocuparia os cargos de direção e gerência das empresas estatizadas? Quem negociaria, a partir de então, os necessários acordos de cooperação técnica, as operações de câmbio, a venda de produtos primários, a compra de equipamentos, etc? A burocracia sindical mais próxima ao governo viu, na abertura desses espaços, a oportunidade de ascender socialmente, através de emulação do *habitus* da antiga camada tecnoburocrática (ou, podemos dizer, através da adoção das mesmas práticas historicamente corruptas do rentismo-petroleiro venezuelano). Em troca, a burocracia sindical oferecia ao governo o combate tanto às correntes sindicais de direita, como também às correntes de esquerda autônomas em relação ao governo – as quais, de todo modo, vinham de outra tradição e nunca apresentaram laços orgânicos com o chavismo.

As lideranças operárias bolivarianas que, porquanto fossem sinceramente socialistas, defendiam formas de transição economicistas e centralizadas (e, por vezes, autoritárias) acabaram por mesclar-se a outros setores que visavam ocupar os postos de poder na máquina estatal e na direção dos sindicatos visando unicamente reproduzir formas de acumulação tipicamente venezuelanas. Conforme cada caso, essa mescla pode ter sido motivada tanto pela *conversão* a práticas corruptas quanto pelo oportunismo de se apoiar em grupos poderosos para impor seus pontos de vista contra correntes sindicais adversárias. Seja como for, o fato é que o controle da produção pelos operários resultaria no esvaziamento dos espaços na máquina burocrática e sindical, a partir dos quais era possível acumular capital e/ou operacionalizar interesses de grandes grupos econômicos. Ao se contraporem ao controle da produção pelos trabalhadores, os setores sindicais *burocratizados* da FBT de Nicolás Maduro acabaram por impedir o aprofundamento do processo, favorecendo tanto a burguesia quanto a conversão de setores cada vez mais amplos do campo bolivariano à corrupção pura e simples.

Chávez oscilou entre apoiar as iniciativas autônomas dos trabalhadores e se alinhar aos interesses dos grupos burocráticos na máquina estatal, nos partidos oficialistas, na cúpula do Estado e nas Forças Armadas. Uma transformação mais profunda nas relações de produção inevitavelmente desencadearia contra ele interesses poderosos que poderiam provocar rupturas importantes no heterogêneo bloco de poder

chavista. Se pensarmos na PDVSA e suas empresas associadas, certamente a preocupação do governo era ainda maior. O que aconteceria, por exemplo, se Chávez promovesse abertamente o controle da indústria petrolífera pelos trabalhadores? Seria um caminho cujas consequências são difíceis de dimensionar, mas que certamente modificaria substancialmente não só a correlação de forças de classe na Venezuela, como mesmo o equilíbrio geopolítico mundial, dada a importância do país como exportador de petróleo. Qual seria o posicionamento dos EUA? Como se comportariam os setores moderados do chavismo? Haveria apoio irrestrito das Forças Armadas venezuelanas? Tais perguntas provavelmente sequer chegaram a ser feitas, já que Chávez nunca cogitou uma inflexão desta natureza no processo revolucionário, preferindo “contornar” os pontos mais sensíveis e apostar em experiências de cooperativismo e *cogestão* nas empresas estatais, que eram muito menos perigosas para o equilíbrio de poder que o mantinha à testa do processo bolivariano.

O que é certo é que *Chávez não teria condições de liderar um processo de ocupações em larga escala*, que fatalmente sairia de seu controle (até pelo fato de que ele nunca possuiu laços orgânicos com o operariado industrial). Haveríamos de perguntar que atores sociais poderiam assumir, no lugar de Chávez, o papel de direção de um processo como esse – e, neste caso, convém ressaltar as dificuldades organizativas do próprio movimento sindical venezuelano, marcado não só por uma tradição reformista e conciliatória, herdadas do período anterior ao processo bolivariano, como também pelas disputas fratricidas que ocorreram entre as correntes sindicais chavistas, por ocasião da experiência de ocupação de fábricas. Seria preciso questionar se o próprio campo bolivariano não se fragmentaria caso Chávez fosse alijado da direção do processo (o que certamente facilitaria uma contra-ofensiva burguesa). Por fim, nunca é demais lembrar que o operariado venezuelano, até por seu tamanho relativamente diminuto, tinha pouca influência sobre o conjunto das classes subalternas e não pode ser apontado como ator fundamental do processo bolivariano.

Neste contexto, Chávez chegou a sinalizar algum apoio para o controle operário das fábricas, ainda que sempre priorizando a recuperação das empresas e a manutenção dos níveis produtivos, e não necessariamente modificações nas formas tradicionais de gestão fabril. Mas ele sempre se recusou a apoiar qualquer iniciativa de transformações

mais profundas nas empresas estatais lucrativas,¹⁰ e nunca se alinhou decididamente às correntes da esquerda bolivariana que de fato apoiavam os conselhos de fábrica e o controle da produção pelos trabalhadores – certamente porque tais correntes eram demasiado autônomas, ao contrário dos grupos mais acrílicos e leais à sua liderança, como os ligados ao atual presidente, Nicolás Maduro.¹¹

Consideramos importante ressaltar que, num processo de transição ao socialismo, medidas centralizadoras não *necessariamente* significam um obstáculo ou um retrocesso para os trabalhadores. A nosso ver, conforme as condições concretas da luta política, a centralização e a implantação de formas verticais de controle da produção podem se revelar necessárias, ao menos em termos *táticos* – o próprio Lênin defendeu ferrenhamente a centralização das decisões após a tomada do poder pelos Bolcheviques (inclusive com a implantação, nas fábricas, de formas de controle da produção que reforçavam a alienação do trabalho).¹² Para a maioria da militância bolivariana (seja ela mais ou menos crítica) o compromisso de Chávez com o processo revolucionário era autêntico, e mesmo os militantes da esquerda chavista – favoráveis à conformação de conselhos de fábrica e à autonomia dos sindicatos – muitas vezes consideraram que as

¹⁰ Por outro lado, é importante mencionar que o governo Chávez jamais implementou, nas empresas estatais, as práticas precarizadoras comuns à reestruturação produtiva neoliberal (como terceirizações, contratos temporários, etc). Em geral, as condições de salário e direitos de todos os trabalhadores na Venezuela (particularmente os empregados nas empresas e órgãos públicos) melhoraram sensivelmente durante seu governo.

¹¹ Não por acaso, após a ascensão de Maduro à presidência, houve o rompimento de importantes ex-ministros de Chávez (como Hector Navarro, Ana Elisa Osório e o Jorge Giordani) e de correntes de esquerda do PSUV (como Marea Socialista), que passaram à oposição de esquerda.

¹² Diante de um quadro marcado pela Guerra Civil, pela completa desestruturação da economia e do Estado e pela morte de milhões de trabalhadores (além da deserção de outros tantos, especialmente nos níveis gerenciais superiores das empresas russas), Lênin defendeu uma centralização severa das decisões econômicas, com pouquíssima autonomia para as indústrias e as unidades de produção rurais, além da adoção de práticas tayloristas de controle sobre o trabalho. Lênin estava ciente – e já havia expressado isso em textos no Pravda em 1913, 1914 e 1917 – que o taylorismo representava uma extrema exploração e alienação sobre o trabalhador. No entanto, ele reconhecia que esse método de organização do trabalho continha de fato um *núcleo racional* que gerava maior produtividade, e esse fator era crucial em 1918 – uma vez que, para Lênin, a tarefa mais urgente naquele momento era prover uma base material mínima, sem a qual o próprio Estado não poderia sobreviver, levando à derrota da Revolução já em seu nascedouro. O aumento da produtividade também poderia liberar trabalhadores para a participação nas atividades políticas, necessárias à construção do socialismo; por fim, a adoção da “gerência científica do trabalho” poderia também solucionar parcialmente o problema da carência de quadros técnicos preparados (não só para as funções gerenciais nas empresas, como também no Estado). Portanto, em função de circunstâncias conjunturais e com base em argumentos *pragmáticos e táticos*, Lênin defendeu a necessidade (ao menos momentânea) de centralizar as decisões e inclusive a de adotar formas burguesas de controle sobre o trabalho, contra a posição *autonomista* dos sindicatos controlados por Mencheviques e anarquistas (hostis ao governo revolucionário), e também contra a posição dos operários mais qualificados.

inflexões centralizadoras do governo, porquanto guardasse riscos, constituíam recuos necessários *diante das circunstâncias*. Mas é claro que havia outros setores do chavismo que apoiavam a centralização das decisões por motivos muito diferentes. Na prática, o que ocorreu foi que essa linha levou o conjunto do governo bolivariano (incluindo os governos locais, a burocracia em seus diversos níveis, etc) a *tutelar* as formas organizativas dos trabalhadores, retirando delas sua iniciativa e atentando contra a bandeira da *democracia participativa e protagônica*, que constituía um dos pilares fundamentais do discurso e da legitimidade da Revolução Bolivariana.

O avanço do Estado no controle dos meios de produção, através das políticas de estatizações e de controle da circulação de mercadorias essenciais, deu apenas uma *falsa impressão* de que o processo bolivariano estava se aprofundando; na verdade, tratava-se do crescimento do velho Estado petroleiro-rentista, que levou a um fortalecimento dos setores que apoiavam-se em Chávez para ocupar o *lugar da produção* representado pela “fração burguesa de Estado” (fortalecida na medida em que mais e mais empresas foram estatizadas e entregues ao controle desses setores). Ao final, quem se beneficiou da inflexão centralizadora, nas condições em que ela se deu, foi uma nova “fração burguesa de Estado” que, porquanto se declarasse revolucionária, defendia um “socialismo” verticalizado, baseado no controle dos meios de produção não pelos trabalhadores, mas pela burocracia estatal. Tal fato comprometeu os esforços na *guerra de posições* que se travava na sociedade civil, abrindo espaço para que a burguesia gradualmente *recuperasse o terreno perdido* (o que ficou explícito já na vitória no referendo constitucional de 2007, e posteriormente confirmado nas eleições que se seguiram, marcadas pelo fortalecimento progressivo da oposição).

A morte de Chávez trouxe novas e gravíssimas contradições, fortalecendo uma tendência de aprofundamento do capitalismo dependente venezuelano, com a reprodução ampliada do *saqueio* das riquezas naturais do país em benefício de grandes conglomerados estrangeiros associados à frações burguesas locais, dentro e fora do Estado. É a partir desse quadro que deve ser analisada criticamente a narrativa que atribui à oposição entre chavismo e antichavismo o mesmo caráter de classe que se atribui à oposição entre socialismo e capitalismo.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- BORGES, Stalin Perez. Hacia un Nuevo Modelo Sindical IN: *Revista Comuna; pensamiento crítico en la revolución*. n.3, Caracas: Fundación Centro Internacional Miranda, 2010.
- CARUSO, Danilo. *Decifrando a Revolução Bolivariana - Estado e luta de classes na Venezuela contemporânea*. [Tese de Doutorado]. Orientação: Virgínia Fontes. Niterói: PPGH-UFF, 2017
- CORONIL, Fernando. *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Editorial Alpha, 2013
- DUNO, Pedro. *Los doce apóstoles; proceso a la degradación política*. 4 ed. Valencia: Vadell Hermanos, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARNECKER, Marta. Hugo Chávez Frias. *Um homem, um povo*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MARINGONI, Gilberto. Venezuela que se inventa. Petróleo, poder e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2004.
- NETO, Octávio Amorim. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira. IN: *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.251-274.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019